

times envolvidos em apostas esportivas

Imposto sobre Apostas Esportivas em 2024 no Brasil: O Que Você Precisa Saber

A partir de 2024, haverá uma mudança significativa na forma como o Brasil trata as apostas esportivas. De acordo com a lei sancionada pelo Planalto, agora será cobrado um imposto de 15% sobre o valor líquido dos prêmios obtidos pelos apostadores, além de uma taxa fixa de 12% sobre o faturamento das plataformas de apostas esportivas. Veja abaixo mais detalhes sobre o que isso significa para os apostadores e as empresas envolvidas.

As principais mudanças na legislação entraram em vigor em 30 de dezembro de 2024, trazendo uma tributação de 12% sobre a renda das plataformas de apostas online e de 15% sobre o prêmio das pessoas físicas. Agora os apostadores brasileiros serão cobrados uma vez por ano se o valor do prêmio ultrapassar R\$ 2.112, o que corresponde à faixa do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

As empresas do segmento serão tributadas em 12% no Imposto de Renda. Para explorar as apostas, elas deverão ter sede e administração no país. Adicionalmente, a lei exige que as empresas de apostas esportivas eletrônicas paguem uma taxa de 18% sobre suas vendas (ou faturamento) das casas de apostas, descontada o pagamento de premiações.

Alguns pontos importantes anotados: O imposto de 15% sobre o prêmio das pessoas físicas entrará em vigor para qualquer valor obtido pelos apostadores.

As plataformas de apostas esportivas têm de aderir à nova legislação e pagar o imposto sobre o faturamento.

As empresas serão tributadas no Imposto de Renda a uma taxa de 12%.

Os apostadores serão cobrados anualmente e precisam declarar os prêmios com um valor maior do que R\$ 2.112.

Em resumo:

A nova legislação brasileira traz grandes alterações para o setor de apostas esportivas. Agora, haverá uma taxa que afetará os apostadores assim como as plataformas envolvidas em apostas esportivas. As mudanças irão influenciar como os envolvidos tratarão as apostas esportivas em 2024 e por isso é de suma importância entender as ramificações da legislação 2024 para estar de acordo com os novos requisitos do governo.